

Fabício Bertini Pasquot Polido

*Professor Adjunto de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP. Mestre (LL.M.) pela Università degli Studi di Torino, Itália e Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Advogado e Consultor.*

# DIREITO INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

## Fundamentos, Princípios e Desafios

RENOVAR

Rio de Janeiro  
2013

**abdr**  
ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DOS DIREITOS  
REPRODUTIVOS

Respeite o direito autoral!

Todos os direitos reservados à  
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.  
MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ  
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135  
FILIAL RJ: Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962

**www.editorarenovar.com.br**

**SAC: 0800-221863**

© 2013 by Livraria Editora Renovar Ltda.

*Conselho Editorial:*

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)  
Antonio Celso Alves Pereira  
Caio Tácito (*in memoriam*)  
Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)  
Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)  
Gustavo Binenbojm  
Gustavo Tepedino  
Lauro Gama  
Luís Roberto Barroso  
Luiz Edson Fachin  
Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.  
Manoel Vargas  
Nadia de Araujo  
Nelson Eizirik  
Ricardo Lobo Torres  
Ricardo Pereira Lira  
Sergio Campinho

*Capa:* Sheila Neves

*Editoração Eletrônica:* TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P186d Polido, Fabrício Bertini Pasquot  
Direito internacional da propriedade intelectual - fundamentos, princípios e desafios / Fabrício Bertini Pasquot Polido. — Rio de Janeiro: Renovar, 2013.  
569p.; 23cm

ISBN 978-85-7147-843-5

983162  
1. Direito internacional. 2. Propriedade intelectual. 3. Direito internacional privado. 4. Direito do comércio internacional.

CDD 346.810

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)  
Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# ÍNDICE

## PARTE I

### O *STATUS QUO* – PASSADO E PRESENTE DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ORDEM INTERNACIONAL

#### Capítulo 1

#### O sistema internacional da propriedade intelectual e seus fundamentos na Era Pós-OMC

1.1. Desenvolvimento histórico-sistemático do Direito Internacional da Propriedade Intelectual.....	17
1.2. Das Uniões de Paris e Berna à criação da OMPI.....	22
1.3. Proteção da propriedade intelectual no sistema GATT e adoção do Acordo TRIPS/OMC .....	29
1.3.1. A propriedade intelectual no contexto do GATT 47 e a Rodada Uruguai .....	29
1.3.2. Rodada Uruguai do GATT e adoção do TRIPS/OMC .....	33
1.3.3. Valores em discussão na Rodada Uruguai: a propriedade intelectual como componente do comércio internacional.....	39
a) Demandas e repercussões nos Países Industrializados .....	48
b) Demandas e repercussões nos Países em Desenvolvimento .....	53
1.4. O Acordo TRIPS e os padrões mínimos de proteção da propriedade intelectual.....	57
1.5. Flexibilidades e contradições: A Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública de 2001.....	61

<b>1.6. Propriedade intelectual entre multilateralismo, regionalismo e bilateralismo: Avanços e Retrocessos</b> .....	67
<b>1.7. Propriedade intelectual na Era Pós-OMC: tendências expansionistas da proteção</b> .....	79
<b>1.8. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e novas dimensões</b> .....	89
<b>1.9. Anotações finais de capítulo</b> .....	93

## Capítulo 2

### Competências no Direito Internacional da Propriedade Intelectual: Perfil institucional, Cooperação e Convergência

<b>2.1. Instituições internacionais da propriedade intelectual no Pós-TRIPS/OMC</b> .....	98
<b>2.2. OMPI e o regime internacional de proteção da propriedade intelectual</b> .....	102
<b>2.3. OMC e a regulação da propriedade intelectual no comércio internacional</b> .....	105
2.3.1. Conselho para TRIPS e obrigações multilaterais da propriedade intelectual.....	108
2.3.2. Conselho para TRIPS e notificação de leis e regulamentos da propriedade intelectual .....	113
<b>2.4. Limites formais da cooperação institucional entre OMPI e OMC no Pós-TRIPS</b> .....	119
2.4.1. Fundamentos jurídicos da cooperação entre OMPI e OMC.....	120
2.4.2. Significado e alcance do Acordo de Cooperação OMPI-OMC de 1996 ...	123
a) Acesso às leis e regulamentos em matéria de propriedade intelectual .....	123
b) Notificações sobre o Artigo 6ter da Convenção de Paris de 1883 .....	127
c) Assistência e cooperação técnicas aos Membros da OMPI e OMC .....	128
<b>2.5. Convergência de competências no Direito Internacional da Propriedade Intelectual</b> .....	133
2.5.1. Acesso à saúde e medicamentos essenciais: OMS e Propriedade Intelectual.....	137
2.5.2. Cooperação para o desenvolvimento: UNCTAD e Propriedade Intelectual.....	141
2.5.3. Eixo OMPI-OMC e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.....	145
2.5.4. Tendência expansionista da propriedade intelectual e OCDE .....	153
<b>2.6. Novas modalidades de cooperação no sistema internacional da propriedade intelectual</b> .....	158
<b>2.7. Convergência e cooperação na dimensão global da propriedade intelectual</b> .....	160
<b>2.8. Anotações finais de capítulo</b> .....	164

## PARTE II

O PRESENTE REVISITADO RUMO AO FUTURO DOS  
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

## Capítulo 3

Harmonização Substantiva no Direito Internacional  
da Propriedade Intelectual e os Sistemas Globais de Proteção

<b>3.1. Harmonização substantiva nas convenções clássicas da propriedade intelectual</b> .....	171
<b>3.2. Harmonização substantiva da propriedade intelectual o Acordo TRIPS</b> .....	184
<b>3.3. Valores e objetivos de harmonização substantiva da propriedade intelectual no Pós-OMC</b> .....	187
<b>3.4. Sistemas Globais de Proteção da propriedade intelectual na Era Pós-OMC</b> .....	190
<b>3.5. Perfis de um novo sistema global de patentes</b> .....	196
3.5.1. Padrões de proteção patentária na era Pós-TRIPS: convergência entre modelos.....	198
3.5.2. Flexibilidades do TRIPS e direito de patentes: exceções e licenças compulsórias.....	204
3.5.3. Sistema internacional de aquisição e gerenciamento de direitos patentários: Relação entre PCT e PLT. 199.....	209
3.5.4. Regime substantivo de direito de patentes: caso do SPLT e iniciativas recentes da OMPI.....	218
3.5.5. Relação entre o SPLT e flexibilidades do Acordo TRIPS.....	222
<b>3.6. Sistema internacional de proteção das marcas</b> .....	229
3.6.1. As marcas no regime internacional clássico da propriedade intelectual....	231
3.6.2. Os efeitos do Acordo TRIPS sobre a proteção internacional das marcas.....	234
3.6.3. Fortalecimento da aquisição e manutenção dos registros: Acordo de Madrid de 1891 e Tratado de Direito de Marcas de 1994 (“TLT”).....	238
3.6.4. Tratado de Cingapura sobre Direito de Marcas de 2006 (“STLT”).....	242
<b>3.7. Proteção internacional dos direitos de autor e novas tecnologias nos ambientes digitais</b> .....	245
3.7.1. Proteção internacional dos direitos de autor entre a CUB e TRIPS/OMC.....	245
3.7.2. Direitos de autor e conexos e concepção tradicional das obras de autoria no TRIPS/OMC.....	249
3.7.3. Proteção internacional dos direitos conexos e seu reconhecimento como categoria autônoma.....	256

3.7.4. Tratados da OMPI sobre Internet de 1996 e a Agenda Digital (WCT e WPPT).....	262
3.7.5. 'Adaptação' das categorias de direitos de autor ao ambiente digital: perspectivas do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor de 1996 .....	270
3.7.6. Evolução recente sobre as negociações do Tratado da OMPI sobre Proteção dos Organismos de Radiodifusão .....	277
3.8. Anotações finais de capítulo.....	282

## Capítulo 4

### Aplicação das normas da propriedade intelectual na ordem internacional: Procedimentos e alcance da proteção

4.1. Aplicação das normas de proteção da propriedade intelectual no contexto Pós-OMC .....	286
4.2. Justificativa das normas de observância da propriedade intelectual no TRIPS .....	293
4.3. Natureza e alcance das obrigações de aplicação da proteção .....	296
4.4. Princípios gerais relacionados à aplicação efetiva da propriedade intelectual.....	301
4.4.1. Princípios gerais estabelecidos pelo Art. 41 do TRIPS .....	303
4.4.2. Interpretação do Artigo 41 do TRIPS na prática do OSC/OMC.....	309
4.5. Flexibilidades na implementação das normas relativas à aplicação da propriedade intelectual .....	313
4.6. OSC e controvérsias internacionais sobre as obrigações da Parte III do TRIPS .....	317
4.6.1. DS83 – 'Dinamarca - Medidas que afetam a observância dos direitos de propriedade intelectual' e DS86 – 'Suécia - Medidas que afetam a observância dos direitos de propriedade intelectual' .....	319
4.6.2. DS124 – 'Comunidades Européias: Observância dos direitos de propriedade intelectual para filmes e programas de televisão'. .....	322
4.6.3. DS171 – 'Argentina - Proteção de patentes de produtos farmacêuticos e proteção de dados de prova relativos a produtos químicos para agricultura' e DS 196 – 'Argentina - certas medidas sobre proteção de Patentes e dados de teste' .....	324
4.6.4. DS 362 – 'China – Medidas que afetam a Proteção e Observância dos Direitos de Propriedade Intelectual' .....	326
4.7. Efeitos das obrigações de observância da propriedade intelectual.....	337
4.8. Tendências expansionistas de proteção e adoção de normas 'TRIPs-Plus' ...	347
4.8.1. Ofensivas de fortalecimento dos mecanismos de aplicação da proteção... ..	347
4.8.2. Aplicação da proteção da propriedade intelectual na União Européia ...	350

4.8.3. Negociações do Acordo de Comércio Anti-Contrafação (ACTA) .....	355
4.8.4. Críticas ao paradigma ACTA na propriedade intelectual: inconsistências e super-protecionismo .....	360
4.8.5. Reflexos do ACTA nos domínios da propriedade intelectual .....	363
4.9. Anotações finais de capítulo .....	365

### PARTE III

## O FUTURO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ORDEM INTERNACIONAL

### Capítulo 5

#### Redefinindo os elementos do Direito Internacional da Propriedade Intelectual: Princípios e Objetivos

5.1. Reavaliando princípios e objetivos do Direito Internacional da Propriedade Intelectual .....	371
5.1.1. Interface entre Art. 8.1 e flexibilidades do TRIPS .....	377
5.1.2. Interface entre Art. 8.2 e flexibilidades do TRIPS .....	378
5.1.3. Concretização das flexibilidades do TRIPS e Declaração de Doha .....	380
5.2. O Art. 7º do TRIPS e o equilíbrio entre direitos e obrigações da propriedade intelectual .....	381
5.3. Princípio da transparência e propriedade intelectual .....	387
5.4. Cooperação internacional para assistência técnica em propriedade intelectual .....	393
5.5. Transferência de tecnologia e países de menor desenvolvimento relativo .....	404
5.6. Preservação e expansão do domínio público da informação: valores de 'ordem pública internacional' .....	419
5.6.1. Domínio público e acesso aos bens do conhecimento .....	422
5.6.2. Domínio público na interface com o Acordo TRIPS: flexibilidades .....	427
5.6.3. Preservação e expansão do domínio público como "ordem pública internacional" .....	431
5.7. Flexibilidades e acessos aos bens essenciais na preservação e expansão do domínio público .....	441
5.7.1. Redução do escopo e exclusão de matéria protegida .....	441
5.7.1.1. Alternativas no campo patentário .....	443
5.7.1.2. Alternativas no campo autoral .....	449
5.7.2. Limitações e exceções aos direitos de propriedade intelectual .....	452
5.7.2.1. Limitações e exceções no Acordo TRIPS e a Regra dos Três Passos .....	455
5.7.2.2. Funções das limitações e exceções .....	459
5.7.2.3. Modalidades: Uso privado, Exceção 'Bolar' e Uso Experimental .....	462

5.7.2.4. Releituras para a Regra dos Três Passos na ordem jurídica internacional.....	466
5.7.2.5. Balanço sobre a efetividade das exceções e limitações.....	469
5.7.3. Licenciamento compulsório, interesse público e propriedade intelectual .....	470
5.7.4. Exaustão internacional ou esgotamento de direitos de propriedade intelectual.....	478
5.7.4.1 Definições e categorias aplicáveis ao princípio da exaustão .....	478
5.7.4.2 Princípio da exaustão internacional e as lacunas do Acordo TRIPS.....	480
5.7.4.3 Efeitos da exaustão ou esgotamento da propriedade intelectual no comércio.....	483
5.7.4.4 Exaustão da propriedade intelectual e o direito brasileiro .....	487
<b>5.8. Contrapartidas e justificativas para proteção da propriedade intelectual na Era Pós-OMC .....</b>	<b>489</b>
<b>5.9. Anotações finais de capítulo.....</b>	<b>495</b>

## CONCLUSÕES

Uma visão global e instrumental para o Direito Internacional da Propriedade Intelectual no século XXI .....	499
---	-----